

efachetti@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Eduardo Fachetti



O ex-deputado Roberto Carlos, do PT, que é professor, vai voltar à sala de aula... para estudar. Ele foi aprovado em uma seleção para mestrado.

Falar em impeachment não é novidade

A baixa popularidade da presidente Dilma Rousseff, somada à resistência que ela enfrenta no Congresso Nacional, parece ter se tornado ingredientes perfeitos para a ressurreição do termo "impeachment", nas redes sociais e nas ruas do país, como resumo da hostilidade enfrentada pelo Palácio do Planalto. Embora a crise enfrentada pela petista não possa ser desconsiderada — pois é, sim, muito grave —, não se pode dizer que Dilma esteja exposta a algo inédito. Outros presidentes já foram alvo da fúria popular, em maior ou menor grau.

Da redemocratização do país para cá, pelo menos três ocupantes do Poder Central tiveram biografias riscadas por ameaças de interrupção de mandato. O primeiro deles foi José Sarney, em 1988.

Envolto num cenário de hiperinflação, aumento do endividamento do país e acusações de corrupção, Sarney teve que enfrentar a CPI da Corrupção, concluída com aprovação de um relatório que pedia seu impeachment. O requerimento foi arquivado pelo então presidente da

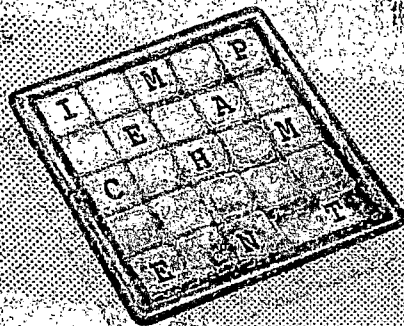
Câmara dos Deputados Inocêncio de Oliveira, aliado do ex-presidente.

Sucessor de Sarney, Fernando Collor renunciou à Presidência da República, em 1992, quando se deu conta de que seria cassado. Mais uma vez, o país se viu revirado por denúncias de corrupção e desorganização econômica, num período marcado por recessão e quebra de muitas empresas. No fim de seu breve governo, o ex-presidente encontrava-se, também, politicamente isolado.

O tucano Fernando Henrique Cardoso iniciou seu segundo mandato também debaixo de críticas. Seis anos após a queda de Collor, o movimento

"Fora FHC" — puxado, sobretudo, pelo PT — ganhou força. Os petistas cobravam a investigação parlamentar de crime de responsabilidade do ex-presidente no processo de privatização de empresas de telecomunicação.

Curiosamente, os principais porta-vozes do movimento contra Fernando Henrique eram o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do PT, José Dirceu. Enquanto a base governista acusava os petistas de tentativa de golpe por estarem defendendo o impeachment, Dirceu dizia que "dizer que isso (impeachment) é golpe é falta de assunto".



Os tempos são outros, o governo mudou de mãos duas vezes, e agora é Dilma quem tem que lidar com pressão. Em comparação com 98, os papéis parecem exatamente invertidos (apesar de FHC já ter se manifestado contra o impeachment da presidente). O que mudou foi o lastro das suspeitas.

Em comparação com os fatos que chacoalharam os governos Sarney, Collor e FHC, os crimes que hoje são investigados e abalam a República de Dilma parecem mais sofisticados. Pelo que se sabe até aqui, os arranjos de corrupção e a forma como operadores e beneficiados se relacionaram nos últimos anos ganharam ares mais complexos. Não parecem ser coisa de amador.

É pouco provável que Dilma deixe o Palácio do Planalto pela porta dos fundos. É bom lembrar que no presidencialismo de coalizão crises surgem e evaporam num estalar de dedos, dependendo mais da liberação de verbas e cargos do que, de fato, de afinidades e convicções.

Falar em impeachment neste momento parece precipitado. Falta base legal para que o pedido se sustente e sobram, ainda, dúvidas sobre a real associação de Dilma aos atos de corrupção que dilapidaram a Petrobras. Ainda assim, no cenário mais otimista, a presidente sai menor desse processo. A conferir como se dará seu processo de recuperação (e se ele virá).

Um quê de azedume

Quem participa das conversas reservadas do PDT dá como certo o mal-estar entre o presidente da legenda, deputado federal Sérgio Vidigal, e o governador Paulo Hartung. Os dois, que no processo eleitoral de 2014 se uniram como aliados de longa data, agora se afastaram. Pesa na relação os sinais de aproximação entre PH e o prefeito da Serra, Audifax Barcelos, e o congelamento de nomeações em todas as pastas do governo.

Para entender melhor...

Audifax é adversário de Vidigal na Serra. É a secretária estadual de Assistência Social, Sueli Vidigal, é mulher do deputado, mas ainda não conseguiu nomear aliados do casal. Tudo isso, junto, estaria causando desconforto.

Enquanto isso, na Serra

O prefeito Audifax segue respondendo que está "muito feliz, muito animado" no comando do Executivo. Mas a administração ainda não disse a que veio.

Efeito Petrobras

A alta do preço dos combustíveis, desde o início de governo Dilma, já forçou prefeituras do Estado a arrombarem os cofres. Nos últimos dias, as prefeituras de Iconha e Itaguai reajustaram para cima o valor de contratos com postos de combustíveis para abastecimento da frota pública. O mesmo foi feito pela Câmara de Anchieta.



CENA POLÍTICA

Quinta-feira passada, durante sua posse como presidente do Banes, o tucano Luiz Paulo Vellozo Lucas disse que, nesta nova empreitada, seu principal compromisso será com o desenvolvimento do Estado. "Meu compromisso é esse e vou trabalhar com to-

dos. Me unirei ao secretário João Coser (PT) para buscar soluções a favor do Estado. Acho que vamos conseguir bons acordos. Mas quando divergirmos, vou jogar a questão no colo do governador, e ele que decida", disse, arrancando risos de todos.

De olho no pedágio

O deputado federal Max Filho pediu ao Ministério dos Transportes informações sobre a concessão de exploração da BR 101 no trecho que atravessa o Estado. O tucano quer saber, por exemplo, quanto a concessionária Eco101 já arrecadou de pedágio, quanto pagou de impostos e o valor dos investimentos feitos na rodovia.

Tanque no vermelho

Fonte fidedigna da coluna garante: a cota de combustível para as unidades de policiamento especializado (Rotam, BME, GOT, Polícia Ambiental...) continua restrita. Em alguns batalhões, o corte, a fim de economia, chega a 30%, já comprometendo o atendimento de algumas ocorrências.

Interlocução

A aproximação entre o presidente da OAB capixaba, Homero Mafra, e o vice-governador César Colnago tem gerado mal-estar entre advogados. Alguns estranham o presidente se colocar como "interlocutor" entre o Executivo e movimentos de direitos humanos.

Mais expediente

O deputado estadual Bruno Lamas está insatisfeito com a falta de tempo para o debate de proposições na Assembleia. Ele quer que os deputados se reúnam um dia a mais por semana, e vai propor ao Colégio de Líderes da Casa que avalie a quinta-feira como opção.